

THAISE BRAGA CASTRO

**O JUIZ
NAS
REDES
SOCIAIS**

**ENTRE A LIBERDADE DE
EXPRESSION E O DEVER
DE IMPARCIALIDADE**

**EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2024**

Copyright © 2024 by Thaise Braga Castro

Categoria: Direito Constitucional

Produção Editorial
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

C355j

Castro, Thaise Braga

O juiz nas redes sociais : entre a liberdade de expressão e o dever de imparcialidade / Thaise Braga Castro. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2023.

246 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2637-6

1. Liberdade de expressão. 2. Juízes. 3. Imparcialidade (Direito). 4. Redes sociais. 5. Restrição. I. Título.

CDD 342.81085

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Lista de Siglas	XI
Apresentação	XIII
Prefácio	XIX
1 Introdução	1
2 Introdução Teórica da Liberdade de Expressão	9
2.1 Os Paradoxos da Liberdade de Expressão.....	17
2.2 A Positivização da Liberdade de Expressão nas Constituições e nos Diplomas Internacionais.....	24
2.3 Decisões Internacionais do TEDH privilegiando a Liberdade de Expressão.....	35
3 A Abrangência da Liberdade de Expressão	43
3.1 Censura versus Restrição à Liberdade de Expressão	49
3.2 A Liberdade de Expressão e a Internet	54
4 Imparcialidade dos Juízes	67
4.1 Aspectos Gerais da Imparcialidade	67
4.1.1 <i>Natureza Principiológica da Imparcialidade Judicial</i>	73
4.1.2 <i>Perspectiva Negativa e Positiva do Princípio da Imparcialidade</i>	75
4.1.3 <i>Vertente Subjetiva e Objetiva do Princípio da Imparcialidade</i>	76
4.2 A Imparcialidade sob a Perspectiva Atual.....	77
4.3 Diplomas Normativos sobre a Imparcialidade Judicial	81
5 As Restrições à Liberdade de Expressão dos Juízes	93
5.1 A Liberdade de Expressão como Direito Fundamental Não Absoluto	93
5.2 Teorias das Restrições aos Direitos Fundamentais.....	110
5.2.1 <i>Teoria Externa</i>	110

5.2.2 <i>Teoria Interna</i>	112
5.2.3 <i>Teoria dos Direitos Fundamentais como Princípios</i>	118
5.3 Critérios para a Restrição da Liberdade de Expressão dos Juizes quando em Colisão com a Imparcialidade Judicial.....	129
5.3.1 <i>Parâmetros Iniciais de Solução de Conflito entre Direitos Fundamentais</i>	130
5.3.2 <i>O Princípio da Proporcionalidade</i>	132
6 A Conduta dos Juizes na Internet e a Ofensa à Imparcialidade Judicial	149
6.1 A Legitimidade da Restrição da Liberdade de Expressão na Proteção da Imparcialidade Judicial	159
6.2 Decisões Judiciais sobre a Restrição à Liberdade de Expressão	173
7 Conclusão	181
Referências Bibliográficas	189